

APRESENTAÇÃO

O quarto volume da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional surge para completar a obra doutrinária inicial sobre a atividade desempenhada pelas Corregedorias do Ministério Público, área até então muito pouco estudada pelos juristas. O papel constitucional inaugurou a coleção, seguido dos estudos sobre as atuações orientadora e fiscalizadora das Corregedorias do Ministério Público. O último volume dessa primeira série, com a temática “*A Atuação das Corregedorias na Avaliação da Efetividade do Ministério Público*”, constitui, na verdade, a base para o exercício das demais atribuições correccionais, pois só é possível controlar e orientar a conduta funcional dos membros a partir de uma avaliação clara quanto ao efetivo grau de cumprimento dos deveres constitucionais afetos à Instituição.

Este volume foi profundamente influenciado pela Carta de Brasília, acordo de resultados firmado entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias das unidades do Ministério Público para a valorização do Ministério Público resolutivo. A mudança na sistemática de correições, com foco na efetividade, apuração de parâmetros qualitativos e fixação de diretrizes estruturantes, tem por consequência a melhoria da atuação Ministerial e adequação dessa Instituição aos parâmetros constitucionais e às demandas atuais da sociedade, além de garantir a unidade e o cumprimento das funções estratégicas do Ministério Público. Nesse sentido, a Carta de Brasília prioriza a avaliação qualitativa pelas Corregedorias do Ministério Público, com vista, principalmente, a aferir a eficácia social da atuação e a contribuir para o aperfeiçoamento das boas práticas institucionais, visando a confirmar o modelo de atuação dos órgãos de execução, sob a ótica funcional e estrutural, aos resultados pretendidos.

Muitos ainda são os desafios que se apresentam para a consolidação do Ministério Público como garantia de acesso à Justiça, obstáculos esses que só serão superados com uma atuação firme e forte das Corregedorias, no cumprimento de sua função estratégica de indução da efetividade da atuação. Assim, espera-se que essa obra auxilie não só nas atividades diárias dos Órgãos Disciplinares, mas que também contribua para que a Instituição obtenha efetivos resultados sociais, direcionados à construção de uma sociedade justa, livre e solidária.

Por fim, não poderíamos deixar de agradecer pela colaboração de todos que participaram da construção da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional, autores dos artigos, membros organizadores, Conselho Editorial e servidores da Corregedoria Nacional e da Assessoria de Comunicação do Conselho Nacional do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público